



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570413 - RO (2020/0079136-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARISAMIA APARECIDA DE CASTRO INACIO E OUTROS
ADVOGADOS : MARISÂMIA APARECIDA DE CASTRO INÁCIO - RO004553
JANAINA MARIA RODRIGUES ROSA - SP323912
KELLY MICHELLE DE CASTRO INACIO DOERNER - RO003240
GABRIELE SILVA XIMENES - RO007656
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : ERIC OLIVEIRA FARIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ERIC OLIVEIRA FARIAS contra decisão liminar proferida por Desembargador do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (HC n. 1008241-77.2020.4.01.0000).

Extraí-se da inicial que o paciente pleiteou pedido de concessão de prisão domiciliar junto ao Juízo da 7ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Rondônia, nos autos da Execução Penal sob o n. 1001256-48.2019.4.01.4100, mas não houve manifestação nem movimentação processual (e-STJ fl. 5).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte regional. Entretanto, o Desembargador indeferiu o pedido urgente (e-STJ fls. 70/72).

Nesta impetração, a defesa alega que o paciente tem sérios problemas de saúde, estando incluído no rol do grupo de risco de pessoas eventualmente contaminadas pelo coronavírus, o que lhe dá direito à prisão domiciliar.

Refuta a decisão liminar coatora, que não acatou seu pedido por “*pré-conceito*” existente contra egressos do Sistema Penitenciário Federal, pelo simples fato de ali estarem inseridos, de modo que são taxados de “*integrantes de facção ou liderança de facção*” (e-STJ fl. 13).

Justifica a necessidade da domiciliar também em razão da suspensão de visitas, atendimentos de advogados, atividades educacionais, de saúde, de trabalho e as assistências religiosas, como forma de prevenção à nova pandemia. Argumenta, com isso, que o apenado ficou prejudicado, porque recebia tratamento médico, realizava

exames e fazia sessões de fisioterapia na unidade prisional, sem contar os poucos recursos de saúde da unidade, que agora estarão voltados à prevenção do contágio do coronavírus.

Ressalta que o executado tem apenas uma condenação transitada em julgado, possui ótimo comportamento carcerário, sem registro de faltas disciplinares e tem realizado atividades de leitura e estudo, propensas à ressocialização.

Aponta a Recomendação n. 62, do CNJ, que prevê várias medidas preventivas ao novo coronavírus, como a possibilidade de antecipação da progressão de regime.

Com isso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da prisão domiciliar ou outras medidas cautelares de monitoramento eletrônico.

É o relatório. **Decido.**

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n. 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar, aplicável, mutatis mutandis, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC n. 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe de 21/6/2010; HC n. 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 7/12/2009; HC n. 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 31/8/2009). Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não constatada na espécie, não é de se admitir casos como o dos autos.*

Com efeito, na hipótese vertente, consignou o eminente Relator, *in verbis* (eSTJ fl. 72):

Compulsando o caderno processual, constato que realmente o custodiado, ora paciente, integra o denominado “Grupo de Risco”, eis que é portador das comorbidades citadas na inicial do mandamus.

Todavia, analisando detidamente os autos da execução de pena n. 1001256-48.2019.4.01.4100 (disponível para consulta no Sistema PJE), verifico que o paciente, integrante do Primeiro Comando da Capital – PCC, foi condenado pela prática de crime hediondo, a cumprir mais de 20 (vinte) anos de reclusão em regime fechado.

Também constato que sua transferência para o RDD – Regime Disciplinar Diferenciado está devidamente fundamentada, ante o seu grau de periculosidade e comprovada participação em crimes dolosos que ocasionaram a subversão da ordem, diante da constatação de que, mesmo

segregado, ele continuou a praticar diversos crimes.

Por derradeiro e não menos importante, vejo que o custodiado, em inúmeras oportunidades, foi devidamente atendido por médicos e dentistas, dentro das diversas instituições prisionais em que esteve segregado, fato que desabona qualquer ilação no sentido de que ele não recebe o necessário tratamento médico a que tem direito.

Por certo, todas as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar (em ampla extensão e profundidade) o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o presente habeas corpus.**

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator